

O Cinedebate na Educação Ambiental de Transição para Sociedades Sustentáveis¹

Derliz Hong Hung MORENO²
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Luciana Mello RIBEIRO³
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR

Resumo

Baseada na ética da sustentabilidade e no pensamento complexo, a prática educativa ambiental chama os cidadãos à ação e à reflexão para a transformação socioambiental planetária. Voltado a abranger públicos de diversas faixas etárias e camadas sociais, o cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis" foi acompanhado de exemplos práticos brasileiros do poder público e da iniciativa privada. Objetivando conhecer o efeito pedagógico do evento, este artigo analisa dois questionários endereçados aos espectadores, antes e após a participação. Sublinhe-se que a extensão universitária democratiza o conhecimento ao aproximar a teoria da prática a um amplo espectro da sociedade. Inspirar e mobilizar para a ação rumo à mudança paradigmática é, de fato, a finalidade da Educação Ambiental crítica.

Palavras-Chave: Comunicação e Educação; Educação Ambiental; Cinedebate.

Introdução

Formalmente estruturada na década de 1970, em concomitância ao início da agenda ambiental internacional, a Educação Ambiental (EA) propõe uma perspectiva crítica em relação à crise civilizatória. O campo transversal de saber defende novos modelos de civilização, por meio da construção de sociedades sustentáveis. Isto é, uma mudança paradigmática constituída de:

I. *Processos econômicos* com base na satisfação às necessidades de todos os seres vivos e no direito soberano à vida;

II. *Processos políticos* voltados à autonomia, à corresponsabilidade e à sustentabilidade democrática;

III. Bases culturais biocêntricas, ciosas do valor-chave da sociobiodiversidade para a manutenção da vida; e

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GP) Comunicação e Educação do XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* derlizmoreno@ufpr.br.

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). *E-mail:* luciana.ribeiro@unila.edu.br.

IV. Modos de produção do conhecimento inter e transdisciplinares, eticamente orientados e guiados pelo olhar da complexidade.

Tal transformação no panorama socioambiental implica em uma transição paradigmática capaz de conduzir a humanidade à sintonia com a regeneração planetária e, portanto, com a homeostase ecológica. Para sustentar as devidas melhorias basilares em grande parte das sociedades contemporâneas, a EA é pilar do processo de transição para sociedades sustentáveis, o qual requer múltiplas frentes de atuação, como a gestão ambiental, as políticas públicas e a comunicação ambiental. Na área da gestão ambiental, por exemplo, são chaves os temas irmãos da geração e da gestão de resíduos.

Com o intuito de debater o tema pela via não formal da Educação, na noite de 3 de junho de 2022, com início às 19h, o Grupo de Pesquisa (GP) Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer (OBEAMV), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), realizou o cinedebate intitulado "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis". Organizado em parceria com a Mostra Ecofalante, o evento transmitido pelo *YouTube*⁴ foi inspirado pelos filmes "A conspiração da lâmpada" (2010) e "*Trashed* - Para onde vai nosso lixo" (2012).

Mediada pelo autor deste trabalho, a roda de conversa ocorreu no Dia Nacional da Educação Ambiental e na data em que o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Estadual Educação Ambiental do Paraná (PEEA/PR), a partir do "Decreto N° 11300", de 03 de junho de 2022 (Paraná, 2022). Desde então, por conseguinte, os educadores ambientais do Paraná contam com um meio de operacionalização da "Lei 17.505", de 11 de janeiro de 2013 — responsável pela instituição da Política Estadual de EA (Paraná, 2013). Nacionalmente, a "Lei N° 9.795, de 27 de Abril de 1999" (Brasil, 2018c) instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), cuja regulamentação se deu via "Decreto N° 4.281, de 25 de Junho de 2002" (Brasil, 2018a), que propicia a operacionalização por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) [Brasil, 2018b].

Sublinhe-se também que a primeira semana do mês de junho é alusiva ao Dia Nacional do Meio Ambiente (5 de junho). No cinedebate, o público pôde conhecer casos práticos relevantes de gestão de resíduos no setor público e no setor privado. Referente à

⁴ OBSERVATÓRIO EDUCADOR AMBIENTAL MOEMA VIEZZER. Cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis". *YouTube*, 3 jun. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/live/SktdOY8jA_Q?feature=share. Acesso em: 07 jun. 2023.

primeira dimensão, foram apresentados os exemplos da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) e da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu — ambos no Estado do Paraná. Quanto ao âmbito privado, socializaram-se práticas das empresas Transmuta, de Curitiba, e Ideia Circular, de São Paulo.

Buscando conhecer o efeito pedagógico do cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis", foram aplicados dois questionários endereçados ao público, sendo um antes e outro após evento *on-line*. Evidentemente, ambos os instrumentos também tiveram a finalidade de estimar a quantidade de ouvintes e certificar os participantes. Vinte e quatro pessoas responderam ao primeiro questionário e somente nove preencheram o segundo. Frente à pouca quantidade de retornos, nesta pesquisa empírica qualitativa, analisaram-se todos os depoimentos obtidos, independentemente se o mesmo participante preencheu somente uma das ferramentas.

O Uso da Comunicação Audiovisual como Ferramenta de Educação Ambiental

Mais que celebrar o Dia Nacional da EA, a Semana Nacional do Meio Ambiente e a instituição do Programa Estadual de EA, o cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis" comemorou as três décadas do "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global". O documento é resultado de articulação e mobilização de educadores ambientais na época da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 — evento realizado duas décadas após a precursora Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Realce-se-se que o Tratado supracitado ancora práticas e institucionalidades educativas ambientais em todo o mundo.

Consistindo em extensão universitária, o cinedebate organizado pelo OBEAMV e pela Mostra Ecofalante teve o propósito de sensibilizar e instigar os ouvintes a buscar aprofundamento em temas relacionados à questão ambiental, não apenas sobre resíduos. É recorrente na prática docente como apontam Gomes, Corazza e Silva (2019, p. 14), o uso de "produtos e mensagens veiculadas pelos meios de comunicação tais como músicas, videoclipes, novelas, séries, filmes, propagandas, telejornais, jornais e revistas", reconhecendo estes materiais enquanto recursos didático-pedagógicos relevantes. Na educação não formal, tal qual o evento evidenciado, entende-se que estas ferramentas podem ser ainda mais úteis.

Podendo também servir de base para a prática pedagógica formal, a iniciativa, ao fazer uso de discursos institucionais escolares, objetivou “promover, facilitar, permitir, contemplar, conforme o caso, o maior grau possível de inteligibilidade, compreensão, apreensão, de temas, problemas, assuntos, formulados nos projetos e propostas escolares” (Citelli, 2012, p. 9). Logo, o filme em sala de aula ou em outras vias educativas ultrapassam o entretenimento ou o consumo passivo, quando trata-se de documentários e similares. A inserção de produto audiovisual no ensino torna esta um “instrumento de educação sensória, óptica e sonora portadoras de um libertador levar a pensar. Arte que faz pensar” (Motta e Fusaro, 2014, p. 42).

Figura 1 — Imagem de divulgação do cinedebate



Leila Maria Zem
Prefeitura Municipal de Curitiba

Jessica Nogueira Marques
SerrAcima

Cleydson Nascimento
Transmuta

Isabella Godwin Coury
Ideia Circular

Cinedebate
A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis
Filmes "A Conspiração da Lâmpada" (2010) e "Trashed - Para Onde Vai Nosso Lixo" (2012)

Assista aos filmes ANTES do debate,
a partir do dia 2, às 19h
Acesso liberado mediante inscrição prévia

Mediação

OBEAMV

3/6/2022, das 19h às 21h30

Derliz Moreno
Karini Scarpari
Luciana Ribeiro

especial semana do meio ambiente 2022

ecofalante programa avulso

UNILA

OBSERVATÓRIO EDUCADOR AMBIENTAL MOEMA VEZZER

Fonte: OBEAMV, 2022

Experiências como de Silva Junior, Farias e Figueiredo (2023, p. 427) comprovam que a aderência do docente ao cinedebate permitem, inclusive, “conhecer prováveis correlações entre concepções científicas e ambientais, tanto veiculadas nas próprias obras quanto expressas pelas participantes”. Sublinhe-se que a proteção do meio ambiente deve

ser permanentemente abordado, tendo em vista que, no decorrer de meio século da agenda ambiental internacional, houve avanços e também retrocessos em iniciativas desdobradas dos diálogos entre os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil (Moreno e Brzezinski, 2023; Moreno, Brzezinski e Nicolás, 2021).

Quando formalmente concebido na década de 1970, o campo da EA se orientou pela perspectiva crítica, em um entendimento biocêntrico, no qual os seres humanos integram o meio ambiente com as demais comunidades de vida — as outras espécies de seres vivos. Referente à dimensão humana, por sua vez, onde a realidade é sinteticamente construída, estão incluídas todas as culturas e todas as formas de expressão, de ser e de existir. Logo, a ea encontra convergência nas posteriores educação das relações étnico-raciais, educação para a equidade de gênero e educação para o respeito à diversidade sexual. Cabe acrescentar que junho também é o Mês do Orgulho LGBTQ+⁵, em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+, comemorado em 28 de junho — uma época para visibilização da multiplicidade de gênero e de orientação sexual, além de reforçar a luta contra a discriminação e violência.

Além de ser um campo dialógico, não disciplinar e transversal, a Educação Ambiental é um ato ideológico e político para formação de cidadãos críticos, emancipados e protagonistas. Ou seja, capazes de intervirem na realidade socioambiental de seus respectivos entornos, sendo guiados pelo pensamento complexo, pela visão de contexto e pela perspectiva sistêmica existencial. Sendo a EA processo contínuo e permanente, para sustentar a premente transição paradigmática de modelo civilizatório, o OBEAMV e a Mostra Ecofalante realizam atividades e projetos com vistas a contribuir com o despertar da lucidez do tecido social quanto à sua corresponsabilidade na gestão e planejamento do território.

Heterogênea e configurada para atuar por meio de consensos, a esfera pública também demanda pluralismo, o qual, de acordo com Dewey (1979), compreende a multiplicidade de crenças, de experiências e de perspectivas em interação de alteridade. Isto é, o respeito e a valorização das diferenças — o contrário do que ocorre na esfera privada religiosa, conforme já pontuado. Defensor de um modelo de sociedade com democracia, dialogicidade, participação e inclusão, o autor supracitado considera a educação um meio substancial para o cultivo do pluralismo. A educação democrática,

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

nesta direção, deve conceder oportunidades para que os educandos aprendam a conviver socialmente na diversidade, desenvolvam pensamento crítico e reflexivo, adquiram visão empática e consigam respeitar cosmovisões contrárias.

Economicamente, a EA crítica se alinha a formas de produção e de consumo adequadas às realidades locais — modelos que podem ser representados por postulações de Jackson (2013) sobre "prosperidade sem crescimento" e de Latouche (2012 e 2009) no que tange ao decrescimento. Desenvolvendo-se a criticidade e o protagonismo cidadão, está corrente educa para a ação local e global. Sublinhe-se que a transição para sociedades sustentáveis e regenerativas não é a caracterização de uma realidade ideal ou uma proposta de revolução para desmantelamento imediato do modelo civilizatório hegemônico, muito menos designa antiestadismo.

Propõe-se uma mudança paradigmática processual, tal como observado ao longo da história das civilizações humanas, e com múltiplas frentes de atuação. Bem como as soluções defendidas pela vertente pragmática da EA, almejam-se reestruturações fundamentadas em conceitos de vida opostos ao capitalismo (Kothari *et al.*, 2021). Muitas propostas, como a agroecologia, a permacultura, as moedas alternativas, a soberania e a autonomia alimentares, a soberania energética e os *softwares* livres já se fazem presentes em sociedades pertencentes ao modelo hegemônico, embora com uso pouco representativo, e na organização social de camponeses, de pequenos povoados, de povos originários e de quilombolas.

Com efeitos promissores na qualidade de vida, para todas as formas de existência, as soluções reformistas podem ser, progressivamente, intensificadas, incorporadas ou adaptadas pelas sociedades pertencentes ao Norte e ao Sul global. Evidentemente, o pós-desenvolvimento e o pós-progresso vislumbrados operam com tais práticas embasadas por fundamentos como a comunalidade, a convivialidade, o amor *queer*, o Bem Viver, o decrescimento, o Ecofeminismo, os direitos humanos e o Ubuntu (Kothari *et al.*, 2021). Requer-se, para tanto, uma visão holística existencial neste percurso rumo à resolução dos problemas complexos da contemporaneidade, suplantando-se as preponderantes concepções filosófica, política, social e econômica (Capra e Luisi, 2014).

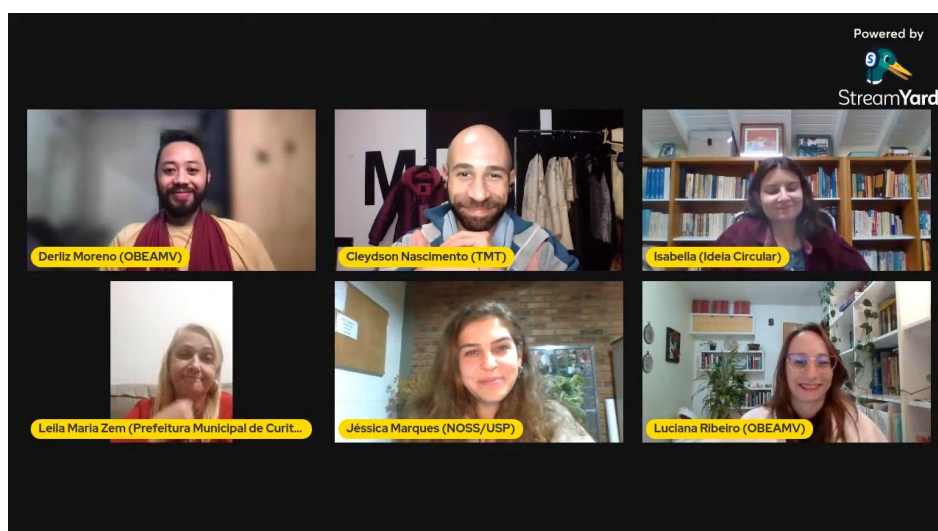
Formalizada concomitantemente à agenda ambiental internacional, iniciada com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, a EA foi concebida sob a perspectiva crítica. Contudo, os acordos firmados entre os

Estados-membros da ONU são direcionados pela noção de desenvolvimento sustentável, que aponta para o paradoxo entendimento de que é possível amalgamar crescimento econômico e justiça socioambiental. Define-se o consenso em questão enquanto “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46).

Foram definidos, para o cinedebate em tela, três blocos:

- I. Princípios e fundamentos da transição para sociedades sustentáveis;
- II. Contribuições do poder público à transição a partir da questão dos resíduos; e
- III. Contribuições empresariais à transição a partir da questão dos resíduos.

Figura 2 — *Screenshot* do cinedebate



Fonte: OBEAMV, 2022

Iniciou-se a *live* com uma exposição oral da segunda autora deste artigo, Luciana Mello Ribeiro, coordenadora do OBEAMV, que enfatizou a necessidade de atuar em direção à transição para sociedades sustentáveis ao invés da noção de desenvolvimento sustentável — o consenso possível entre os países-membros da ONU na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92). Neste acordo, há um paradoxo epistemológico, haja vista a inviabilidade de conciliação de crescimento econômico com justiça socioambiental e recuperação do equilíbrio planetário.

Dando prosseguimento ao tema, Karini Aparecida Scarpari, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), abordou algumas alternativas ao desenvolvimento sustentável sob a ótica do economista Serge Latouche — expoente da Teoria do Decrescimento (Latouche, 2009). Propõe-se, neste modelo, a diminuição da produção e do consumo, a fim de acompanhar a capacidade regenerativa do planeta Terra e visando-se outra concepção de prosperidade: sem necessidade de crescimento econômico. Latouche concebeu os “8 Rs” como uma abordagem de transição civilizatória, buscando uma mudança em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e ecologicamente equilibrada. Cada "R" representa um conceito ou princípio que desafia a lógica do crescimento econômico ilimitado:

I. Reavaliar: envolve reavaliar os valores sociais, diminuindo-se a ênfase no consumo material como indicador de sucesso e felicidade. Propõe-se valorizar aspectos como relações sociais, cultura, espiritualidade e bem-estar emocional;

II. Reconceitualizar: refere-se à necessidade de repensar a compreensão do desenvolvimento, abandonando-se a ideia de crescimento econômico infinito enquanto única medida de progresso. Latouche defende a adoção de modelos de desenvolvimento que levem em consideração os limites ecológicos e a qualidade de vida;

III. Reestruturar: concerne ao redesenho das estruturas econômicas e sociais para promover a equidade e a justiça. Pode-se envolver a redistribuição de recursos e de poder, bem como a promoção de formas alternativas de organização econômica;

IV. Relocalizar: tange à redução da dependência de sistemas econômicos globalizados e à promoção da produção local. Destarte, diminuem-se as emissões de carbono associadas ao transporte de mercadorias e fortalecem-se as economias locais;

V. Redistribuir: redistribuição mais justa da riqueza e dos recursos. Latouche argumenta que a desigualdade econômica é um problema intrínseco ao crescimento desenfreado e que a redistribuição é essencial para criar uma sociedade mais equitativa;

VI. Reduzir: envolve a diminuição do consumo excessivo, eliminando-se desperdícios e adotando-se um estilo de vida mais condizente com a transição paradigmática. Inclui-se, neste sentido, a redução do consumo de elementos naturais não renováveis;

VII. Reutilizar: em vez de descartar produtos após o uso, promove-se a reutilização e a reciclagem, visando-se minimizar o desperdício e a demanda por sobrecarga do planeta Terra; e

VIII. Reciclar: forma de reutilização que envolve transformar resíduos em novos produtos, reduzindo-se a pressão sobre a natureza.

Já no segundo bloco, os ouvintes conheceram as práticas exemplares de gestão de resíduos na PMC e na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. Estiveram presentes, como convidadas, Leila Maria Zem, gerente de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba, e Jessica Nogueira Marques, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade (PPGSUS) da Universidade de São Paulo (USP), integrante do Núcleo de Pesquisa em Organizações, Sociedade e Sustentabilidade (NOSS) e integrante da SerrAcima — Associação de Cultura e Educação Ambiental.

Concernente ao terceiro e último bloco do cinedebate, este tratou de duas contribuições empresariais à transição para sociedades sustentáveis, de modo a reinserir materiais que SERIAM descartados de volta na cadeia produtiva. Os convidados para esta etapa do evento foram Cleydson Elias Gomes do Nascimento, sócio-proprietário da Transmuta — empresa de *upcycling* de alto padrão na moda regenerativa — e Isabella Godwin Coury, coordenadora de projetos da Ideia Circular — empresa de educação e concepção de produtos e serviços na lógica da Economia Circular.

Fases Procedimentais da Pesquisa e Perfil dos Ouvintes do Evento

Mais que possibilitar a certificação do público, tal qual mencionado na introdução deste texto, os questionários aplicados antes e após o cinedebate almejavam conhecer os aprendizados proporcionados pelo evento. No primeiro instrumento, incluiu-se a pergunta: "Para você, sociedade sustentável é...". O objetivo desta questão foi averiguar qual o entendimento do referido conceito. Já por meio da segunda ferramenta, foram feitas duas indagações:

I. "O que você aprendeu com o cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis"?"; e

II. "Qual a relevância de eventos como cinedebates virtuais na transição para sociedades sustentáveis?".

Verificou-se, a partir do primeiro questionário, que 15 participantes eram de Foz do Iguaçu (Paraná), um era de Atibaia (São Paulo), um de Pilar (Argentina), um informou apenas o país: Brasil, um era de Cascavel (Paraná), um era de Curitiba, um era de Aveiro (Portugal), um era de São Paulo (São Paulo), um era de Brasília (Distrito Federal) e um era do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Quanto ao segundo instrumento de coleta de dados, este registrou quatro pessoas de Foz do Iguaçu, duas pessoas de Cunha (São Paulo), duas pessoas do Rio de Janeiro e uma pessoa de Brasília.

Dos 24 respondentes do primeiro questionário, 17 tinham vínculo com a UNILA, uma declarou não possuir vínculo institucional, dois eram do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) — *Campus* Foz do Iguaçu, um era da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) — especificamente da Faculdade de Artes do Paraná (FAP), o Campus de Curitiba II —, um era da Universidade de Lisboa, um era da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e um era da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em relação ao segundo instrumento, foram registradas presenças de cinco pessoas vinculadas à UNILA, de uma pessoa da USP, de uma pessoa do IFPR — *Campus* Foz do Iguaçu, de uma pessoa da UFSM e de uma pessoa sem vínculo institucional.

Exposição Analítica dos Dados Coletados

No que tange ao entendimento de sociedade sustentável, por meio do primeiro questionário aplicado, obtiveram-se as seguintes respostas:

- I. Sociedades capazes de coexistirem com o meio ambiente sem gerarem prejuízo para as gerações futuras.;
- II. Uma sociedade que destina corretamente seus resíduos, faz escolhas mais conscientes e protege o ambiente em que vive;
- III. Sociedad que no aprovecha los recursos naturales sin comprometer dicha práctica para las generaciones futuras;
- IV. Aquela que pensa como fazer seus descartes menos poluentes possíveis, que poderá viver bastante tendo consciência da natureza;
- V. Desenvolvimento social. Sociedade sustentável é sociedade consciente.;
- VI. CONCIENCIA Y POLITICAS PUBLICAS PRESENTES;
- VII. Ecológica;
- VIII. Uma forma de salvar o planeta;
- IX. estabelecer uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza, dentro do contexto capitalista em que estamos inseridos.;
- X. Viver em equilíbrio com a natureza, respeitando-a;
- XI. Entender os contextos culturais do povo e ambientais daquela região, e a partir das necessidades, junto a eles, formularem medidas formuladas para uma

-
- vivência sustentável. O trabalho da antropologia é fundamental nesse primeiro momento.;
- XII. Aquela na qual os valores humanos são voltados para a busca harmoniosa entre meio ambiente, desenvolvimento e economia. Para isso se faz necessário a criação de cultura ambiental e combate ao consumo insustentável.;
- XIII. a harmonia entre a existência da sociedade humana e o meio ambiente original.;
- XIV. Extremamente necessária tendo em vista da importância de utilizar os recursos naturais com sabedoria e consciência;
- XV. Uma sociedade é considerada como sustentável, quando ela consegue suprir as necessidades delas na área de produção, consumo e crescimento sem comprometer as bases para o desenvolvimento das gerações futuras.;
- XVI. Uma sociedade que se limpa;
- XVII. Equilibrada! Cuidadosa, consciente e essencial;
- XVIII. É uma sociedade onde o valor é a vida em todas suas formas e a governança é a base.;
- XIX. .;
- XX. Bom uso dos recursos;
- XXI. consciente dos desperdícios de plásticos no oceano e busca por uma forma de melhorar o futuro do planeta;
- XXII. Minimizar o comprometimento dos recursos;
- XXIII. Uma sociedade que se reeduca, reutiliza e consome apenas o necessário; e
- XXIV. dever.

Com base nas respostas fornecidas, pode-se observar que os espectadores respondentes entendem que uma sociedade humana sustentável é aquela que coexiste de forma equilibrada com as demais comunidades de vida, minimizando danos para as gerações futuras. Tal modelo civilizatório, conforme as respostas, protege e cuida do ambiente em que vive, adotando práticas conscientes, incluindo o correto gerenciamento de resíduos e a utilização responsável de elementos naturais. Uma sociedade sustentável também é, nesta perspectiva, caracterizada por uma consciência coletiva sobre a importância de recuperar a homeostase ecológica, a partir de valores, culturas, economias e políticas condizentes. Desempenham papel fundamental a educação, a reutilização, o consumo responsável e a compreensão das necessidades locais.

Quanto ao questionário aplicado após o cine debate, os aprendizados proporcionados pelo evento foram:

- I. Sobre a o decrescimento;
- II. Existe a necessidade de transformar os valores culturais de consumo e nas empresas também.;
- III. Várias formas de ser sustentável;
- IV. SOBRE A TRANSIÇÃO DOS RESÍDUOS E POSSIBILIDADES DE TRABALHAR EM CONJUNTO PARA A CONSTRUÇÃO DOS PROCESSOS.;

-
- V. A necessidade de mudança de paradigma em relação a sociedade de consumo. A importância de repensar o ciclo dos produtos e o design hegemônico de produção de produtos e resíduos.;
 - VI. Aprendi diversas questões da temática, entendendo mais profundamente as problemáticas de obsolescência programada que não tinha tanto conhecimento.;
 - VII. Que já existem muitas soluções a serem replicadas para a construção de sociedades mais sustentáveis.;
 - VIII. Os 8 Rs do Serge Latouche;
 - IX. Que são 8 Rs e o quanto o projeto de consumo atual afeta a existência de uma sociedade sustentável.

Percebe-se que os respondentes conheceram uma ampla gama de possibilidades interventivas rumo à transição para sociedades sustentáveis, como o decrescimento (Latouche, 2009), a transformação valorativa, a produção e gestão de resíduos e novos modos de produção e de consumo. Os resultados analiticamente expostos testificam que o cinedebate pode ser considerado parte do estágio inicial da transição paradigmática dos espectadores, levando-se em conta o resultado significativo no que tange a aquisição e construção conjunta de conhecimentos sobre a questão socioambiental. Entende-se que, na mesma intensidade que os predominantes paradigmas são revistos pelos cidadãos, a educação se transforma e, por conseguinte, a estrutura civilizatória passa por modificações.

Concernente à relevância de eventos como cinedebates virtuais para o processo de transição para sociedades sustentáveis, os espectadores respondentes do segundo questionário afirmaram:

- I. Auxilia a reflexão e mobiliza para a organização coletiva.;
- II. Fundamental no sentido de divulgar oportunidades e dar esperança a quem está caminhando no processo.;
- III. Uma forma de diminuir o consumo de lixo que não é sustentável e poder salvar o planeta.;
- IV. EXTREMA RELEVÂNCIA. A NECESSIDADE É DE DECOLONIZAÇÃO PARA DAR CONTINUIDADE.;
- V. Muito importantes provocando, trazendo reflexões para mudarmos nossa forma de entender nosso consumo e resíduos que geramos.;
- VI. Importantíssimo! devemos tornar o debate ativo em nosso cotidiano! Não cair no esquecimento, reforçar e aprimorar nossos ideais e nossas condutas. Sempre terá alguém novo para ouvir esse debate pela primeira vez, e se somar no movimento consciente.;
- VII. São de fundamental importância para despertar o sentido de urgência das nossas ações, e a importância de nos prepararmos para promover mudanças.;
- VIII. O evento vai contribuir com minha formação. Pretendo fazer trabalhos voltados para políticas públicas pensando na sociedade sustentável.;
- IX. Funcionam como uma apresentação ou meio de aprofundar perspectivas existentes acerca de problemas atuais.

Fica explicitado, conforme as declarações listadas, que cinedebates como este em evidência são ferramentas para a promoção de mudanças em direção à construção de modelos de sociedade mais coerentes com a dinâmica do planeta Terra. Pôde-se estimular a reflexão individual e, conseqüentemente, motivar a ação coletiva para enfrentamento dos correntes e dos futuros desafios. Apresentando-se a gravidade do modelo hegemônico de civilização, busca-se propiciar reflexão e ação com inspiração e motivação advindas de exemplos concretos, sejam do setor público, do setor privado, da sociedade civil ou de instituições de ensino.

Os filmes exibidos podem apresentar soluções eficientes, histórias inspiradoras e oportunidades para ações concretas, insuflando esperança e apoio àqueles que estão comprometidos com a mudança estrutural. Logo, além de sublinhar a urgente necessidade de incidir sobre as causas da crise civilizatória, é necessário enfatizar a existência de alternativas e de potencial para o desenvolvimento de novas estruturas econômicas, sociais e políticas.

Considerações Finais

Perante os resultados constatados na análise dos dois questionários aplicados, sendo um antes e outro após o cinedebate, pode-se afirmar que a iniciativa cumpriu o objetivo de debater satisfatoriamente "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis". Foi possível aproximar teoria e prática ao amalgamar os princípios e fundamentos do tema abordado com políticas públicas exitosas na gestão de resíduos e empreendimentos estruturados na produção sustentável e regenerativa.

Após o evento realizado pelo OBEAMV em parceria com a Mostra Ecofalante, os ouvintes que responderam ao segundo instrumento de coleta de dados entenderam a diferença entre sociedades sustentáveis e desenvolvimento sustentável, compreenderam o real papel da tecnologia na transição almejada e ficaram cientes da necessidade de exercer a cidadania em favor da homeostase ecológica. Grife-se que, sobretudo, a iniciativa cumpriu função de inspirar e de mobilizar o público a pôr em prática as ideias e propostas contidas no diálogo. Fortalecer e enriquecer a malha de atores em prol da questão ambiental é, aliás, a finalidade da Educação Ambiental.

É válido realçar que, além de implicar em múltiplas frentes de atuação em um processo multilateral, a transição para sociedades sustentáveis e regenerativas envolve a

corresponsabilidade entre a esfera pública, o mercado, a sociedade civil e instituições de ensino. São variadas as mudanças epistemológicas e práticas que são necessárias, incluindo na economia, na política e na matriz energética. Frente aos exemplos do poder público de Curitiba e de Santa Terezinha de Itaipu e do trabalho da Transmuta e da Ideia Circular, evidencia-se que o planeta Terra não recuperará seu estado homeostático a partir de iniciativas orientadas pela sustentabilidade sem reflexão, mas, sim, por meio da ação a partir de um novo paradigma civilizatório.

Sintetize-se, por fim, que a Educação Ambiental é interdisciplinar, requer participação e agrega os diferentes tipos de conhecimento, não apenas científico, a fim de incitar o protagonismo dos envolvidos, que partem de um tema gerador para buscar conjuntamente a solução. Este ponto de partida conduz à macrovisão em nível global e, uma vez mais, relaciona-se com a realidade local.

Referências

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. *In*: BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: MMA, 2018a. p. 48-50.

BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: MMA, 2018b.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *In*: BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: MMA, 2018c. p. 43-47.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e Econômicas. Mayra Teruya Eichenberg e Newton Roberval Eichenberg (trad.). São Paulo: Cultrix, 2014.

CITELLI, Adilson. Mídia e Educação. *In*: BARBOSA, Marialva; BARBOSA, Maria do Carmo Silva; SILVA, Erotilde Honório (org.). **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, de 3 a 7 de setembro de 2012**: esportes na idade média - diversão, informação e educação. São Paulo: Intercom, 2012. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1148-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 02. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira (trad.). 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni; CORAZZA, Helena; SILVA, Michel Carvalho da. Hábitos de acesso e uso de mídias por docentes do ensino básico da rede pública e privada do estado de São Paulo. *In: FERREIRA, Giovandro Marcus; BARBOSA, Maria do Carmo Silva; MALCHER, Maria Ataíde (org.). Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2 a 7 de setembro de 2019: Fluxos comunicacionais e crise da democracia.* São Paulo: Intercom, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0103-2.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento**: vida boa em um planeta finito. José Eduardo Mendonça (trad.). São Paulo: Editora Planeta Sustentável, 2013.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. Isabella Victoria Eleonora (trad.). São Paulo: Elefante, 2021.

LATOUCHE, Serge. **O desafio do decrescimento**. António Vegas (trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Claudia Berliner (trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O Meio Ambiente nos Discursos Presidenciais do Brasil Redemocratizado na Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2022. *In: Revista Iguazu Science: Dossiê Temático - Meio Ambiente e Sustentabilidade.* São Miguel do Iguazu: Faculdade Uniguaçu, 2023. p. 17-43.

MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. NICOLÁS, María Alejandra. A Agenda Ambiental Internacional e o Brasil: Cinco Décadas de Avanços e Retrocessos. *In: OLIVEIRA, Gilson Batista de (org.). Estudos sobre Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional.* 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021. p. 15-61.

MOTTA, Leda Tenório da; FUSARO, Márcia do Carmo Felismino. Cinema e Educação: reflexões e interfaces. *In: Comunicação & Educação*, ano XIX, n. 2, jul./dez. 2014. p. 39-49.

OBSERVATÓRIO EDUCADOR AMBIENTAL MOEMA VIEZZER. Cinedebate "A questão dos resíduos na construção de sociedades sustentáveis". *YouTube*, 03 jun. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/live/SktdOY8jA_Q?feature=share. Acesso em: 7 jun. 2023.

PARANÁ. Decreto Nº 11.300. Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná e dá outras providências. *In: PARANÁ. Diário Oficial Executivo*, Curitiba, PR, ano CX, n. 11190, 3 jun. 2022. p. 5-7.

PARANÁ. Lei nº. 17.505. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. *In: PARANÁ. Diário Oficial Executivo: Poder Executivo Estadual*, Curitiba, PR, ano XCIX, n. 8875, 11 jan. 2013. p. 5-7.

SILVA JUNIOR, Arnaldo Antonio da; FARIAS, Luciana Aparecida; FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de. Cinema e Meio Ambiente: Inter-Relações Possíveis entre Cinedebate, Educação Ambiental e Abordagem CTSA. *In: Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2023. p. 413-430.